



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Exmo(ª) Senhor(ª)

Av de Berna, 19  
1050-037 LISBOA

### 2.ª Secção

Autos de Traslado n.º 366-B/11

Extraídos dos Autos de Recurso n.º 366/11

Vindos do Tribunal da Relação de Lisboa (Proc.º n.º  
350/08.8TYLSB.L1, 3ªSec)

**Recorrente(s):** Laboratórios Abbott, Lda.

**Recorrido(s):** 1- Autoridade da Concorrência  
2- Ministério Público

\*\*\*\*\*

Nos termos e para os efeitos do art. 670º, nº1, do Código de Processo Civil, fica V. Exª. notificada para, **no prazo contínuo de dez dias**, se pronunciar, querendo, relativamente à arguição de nulidade, formulado pela recorrente Laboratórios Abbott, Lda., através do requerimento cuja fotocópia se anexa (fls. 580 a 586), em conformidade com o duto despacho proferido pela Ex.mª Senhora Juíza Consª. Relatora em 04/01/2012, cuja cópia integral se remete.

Lisboa, 05 de Janeiro de 2012

*[Assinatura]* O Escrivão de direito,

*[Assinatura]*

**Nota:** Neste Tribunal não há lugar ao pagamento de taxas de justiça inicial (artº 5º do DL nº 303/98, de 7 de Outubro).

Rua de O Século, 111, 1249-117 Lisboa Tel.213 233 600/700 Fax.213 233 610  
Home Page: <http://www.tribunalconstitucional.pt>  
email: [processos@tribconstitucional.pt](mailto:processos@tribconstitucional.pt)



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

\*\*\*

A recorrente Abbott - Laboratórios, Lda., notificada do despacho de 6 de Dezembro de 2011, veio apresentar requerimento, referindo pretender “a respectiva aclaração e, subsidiariamente, arguir a irregularidade do processado nos autos”.

Da análise do conteúdo do requerimento, resulta que o mesmo corresponde, substancialmente, na sua quase totalidade, a uma reclamação de actos da secretaria.

Na verdade, a requerente invoca a circunstância de desconhecer o que consta de fls. 553 a 560 dos autos, pretendendo que seja especificado o respectivo conteúdo para que possa compreender o despacho que se refere a tal processado.

Subsidiariamente, colocando a hipótese de tais folhas corresponderem ao requerimento por si apresentado, por telecópia, às 14h53m – hipótese que, desde já se adianta, corresponde à realidade – conclui a requerente que foi cometida uma irregularidade processual, caso o requerimento não tenha baixado ao tribunal *a quo*.

Mais refere a requerente que o processo principal foi indevidamente remetido pela secretaria, de imediato, ao tribunal *a quo*, a 30 de Novembro de 2011 – data coincidente com a do acórdão que determinou tal remessa – quando tal acto de cumprimento só deveria ter lugar após notificação das partes e esgotamento do prazo de reacção das mesmas.

Alega ainda a requerente que apenas foi notificada da referida remessa dos autos ao tribunal *a quo* já depois de ter apresentado o requerimento de 2 de Dezembro, por telecópia. Deste modo, conclui que “este acto foi praticado antes de ter conhecimento da manutenção ou não do poder jurisdicional, pelo que a decisão não pode produzir quaisquer efeitos perante a recorrente”.

Finalmente, peticona a requerente que seja “mandado baixar o requerimento (...) de 2 de Dezembro de 2011 ao Tribunal *a quo* para apreciação”.

Cumpre apreciar e decidir.

No tocante ao desconhecimento do conteúdo de fls. 553 a 560, a que o despacho de 6 de Dezembro se reporta, assiste razão à requerente, porquanto as notificações devem ser acompanhadas dos elementos do processo necessários à plena compreensão do seu objecto –



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

nomeadamente a menção do teor das folhas do processado referidas nos despachos - em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 228.º do Código de Processo Civil.

Neste momento, já se encontra a requerente esclarecida, quanto ao teor de fls. 553 a 560, correspondente à hipótese que oportunamente colocou.

Quanto à invocação da suposta “irregularidade”, decorrente de o requerimento dirigido ao Tribunal da Relação de Lisboa não ter “baixado”, não é perceptível a alegação da requerente, uma vez que, no requerimento de 2 de Dezembro de 2011, dirigido a este Tribunal, Abbott - Laboratórios, Lda., vem apenas requerer a “remessa imediata dos autos ao Tribunal da Relação de Lisboa para conhecimento da questão suscitada”. Mais refere expressamente que o requerimento, cuja cópia junta, é dirigido ao Tribunal da Relação de Lisboa, “para declaração da prescrição do presente procedimento contra-ordenacional, a qual também já foi requerida em idêntico requerimento junto daquele Tribunal” (*sublinhado nosso*).

Ora, a pretensão da remessa dos autos ao tribunal *a quo* já havia sido satisfeita, em virtude do cumprimento do Acórdão n.º 593/2011, de 30 de Novembro. Por outro lado, da afirmação da requerente resulta que o requerimento dirigido ao Tribunal da Relação de Lisboa já teria sido enviado a tal tribunal, pela própria requerente, destinando-se a cópia enviada a este tribunal a dar conhecimento de tal circunstância e a fundamentar a pretensão de remessa dos autos ao tribunal competente para apreciação. Nestes termos, mais nada cumpriria ordenar, não fazendo sentido que o requerimento “baixasse” ao tribunal *a quo*, uma vez que, segundo a requerente, já aí teria sido apresentado.

Desta forma, caso a requerente não tenha apresentado ainda o requerimento em análise junto do Tribunal da Relação – contradizendo o que afirmou – poderá fazê-lo directamente.

Relativamente à remessa dos autos ao tribunal *a quo*, a mesma foi efectuada em correcto cumprimento do determinado no Acórdão n.º 593/2011, de 30 de Novembro, que determinava a imediata remessa dos autos ao tribunal recorrido, logo após estar contado o processo e efectuada a extracção de traslado. Aliás, no ofício de notificação, remetido à requerente em 30 de Novembro de 2011, consta a expressa menção “NB – Os autos principais *supra* identificados foram hoje remetidos ao tribunal recorrido.”



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Assim, a remessa do processo, oportunamente efectuada pelos senhores funcionários, corresponde ao correcto cumprimento da determinação plasmada no acórdão referido.

\*\*\*

Notifique o Ministério Público e a Autoridade da Concorrência, para se pronunciarem, querendo, relativamente à arguição de nulidade que antecede (fls. 580 a 586).

\*\*\*

*Lisboa, 4 de Janeiro de 2012*  
*Catarina Fernandes Castro*

MORAIS LEITÃO, GALVÃO TELES, SOARES DA SILVA

ASSOCIADOS  
SOCIEDADE DE  
ADVOGADOS

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL  
SECRETARIA

Entrada N.º 4056 Data 16/12/11

2.ª Secção

Autos de recurso n.º 366/11

LABORATÓRIOS ABBOTT, LDA.

Excelentíssimos Senhores

Juizes Conselheiros

do Tribunal Constitucional

LABORATÓRIOS ABBOTT, LDA, Recorrente nos autos à margem referenciados e neles já melhor identificada, tendo sido notificada do douto Acórdão n.º 593/2011, vem, tempestivamente, arguir, de forma processualmente adequada e fundada, ao abrigo dos artigos 3.º, n.º 3 e 201.º, n.º 1, todos do CPC, *ex vi* artigo 69.º da LTC, do artigo 6.º, n.º 1, da Convenção Europeia dos Direitos do Homem e correlativa jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e do artigo 20.º, n.º 1 e 4, da CRP, a

- NULIDADE DO PROCESSADO NOS AUTOS  
E DO ACÓRDÃO N.º 593/2011 -

o que faz nos termos e pelos fundamentos seguintes:

I - VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA IGUALDADE DE ARMAS E CONCOMITANTE NULIDADE DO PROCESSADO NOS AUTOS POR AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO TEMPESTIVA DAS PRONÚNCIAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA AUTORIDADE DA CONCORRÊNCIA

1. Por requerimento apresentado junto do Venerando Tribunal Constitucional em 24 de Novembro de 2011 a Recorrente arguiu tempestivamente a nulidade do Acórdão n.º 527/2011.



2. O Tribunal Constitucional notificou, para efeitos do exercício do contraditório, o Ministério Público e a Autoridade da Concorrência do requerimento da Abbott.
3. O Ministério Público, por requerimento que deu entrada no Tribunal a 25 de Novembro de 2011, pronunciou-se também sobre o versado no requerimento da Abbott.
4. A Autoridade da Concorrência, por requerimento que deu também entrada no Tribunal a 25 de Novembro de 2011, pronunciou-se sobre o requerimento da Abbott e também sobre o requerimento apresentado pela co-arguida Menarini, aparentemente (e de acordo com a resposta da Autoridade da Concorrência) datado de 28 de Novembro de 2011, o qual não foi, porém, notificado ou levado ao conhecimento da Abbott pelo Tribunal Constitucional.
5. O Venerando Tribunal Constitucional em 30 de Novembro de 2011 adoptou o Acórdão n.º 593/2011.
6. Apenas após a adopção do referido Acórdão n.º 593/2011 foi a Abbott notificada pelo Tribunal Constitucional das Respostas do Ministério Público e da Autoridade da Concorrência – acima mencionadas –, as quais incidem sobre o requerimento da Abbott de 24 de Novembro de 2011.
7. Sendo certo que a Autoridade da Concorrência na sua Resposta suscita, ainda que de forma infundada, atento o que resulta de jurisprudência pacífica e assente do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem sobre o processo justo e equitativo aquando da tramitação de um processo junto do Tribunal Constitucional, a “questão nova” de a Abbott alegadamente estar a adoptar uma “manobra manifestamente dilatória” junto do Tribunal Constitucional em detrimento do artigo 334.º do CC,

um  
583

8. Quando o que a Abbott pretende é que seja acautelado o direito a um processo justo e equitativo na tramitação do processo junto do Tribunal Constitucional.
9. Tendo aquela Autoridade requerido na sua Resposta, entre o mais, a baixa do processo ao tribunal competente – *gr.* artigos 6, 7 e correlativa conclusão da Resposta da Autoridade da Concorrência.
10. Resulta, sem margem para ambiguidades ou interpretações subjectivas, que a Autoridade da Concorrência suscita na sua Resposta a “questão nova” de o requerimento em causa mais não ser do que “uma manobra dilatória” da Recorrente – o que não se aceita – sendo-lhe aplicável no entendimento daquela Autoridade o 334.º do CC; questão essa que, em obediência ao entendimento do colendo Tribunal Constitucional, vertido nos Acórdãos n.º 185/2001 e 342/2009, estava sujeita a notificação à Recorrente para exercício do contraditório.
11. O que não sucedeu, pelo que o Acórdão n.º 593/2011 ao ser adoptado em violação do princípio do contraditório enferma de nulidade – artigo 201.º, n.º 1, do CPC, *ex vi* artigo 69.º da LTC.
12. A predita tese novel da Autoridade veio, aliás, a ser acolhida pelo Tribunal Constitucional no Acórdão n.º 593/2011, em que o Tribunal declara que a Abbott “apenas pretende obstar ao trânsito em julgado do acórdão n.º 461/2011”.
13. Atendendo ao que resulta da vasta e seminal jurisprudência pacífica do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem sobre *due process* não se compreende como pode o Venerando Tribunal Constitucional entender que “a requerente apenas pretende obstar ao trânsito em julgado do acórdão n.º 466/11”.
14. Quando o que “a requerente apenas pretende” é que o Venerando Tribunal Constitucional acolha e actue em conformidade com a jurisprudência pacífica e assente do Tribunal Europeu sobre a forma como têm formal e materialmente de ser

assegurados os princípios do contraditório e da igualdade de armas, *maxime* pelo Tribunal Constitucional.

15. Em concreto notificando atempadamente a Recorrente (antes da adopção do acórdão e não em momento subsequente) da pronúncia do Ministério Público e da Autoridade da Concorrência, e
16. Acautelando o *due process of law*.
17. Ausência de *due process* que deu lugar no passado ao acórdão Feliciano Bichão, de 20.11.2007, que confirmou a desconformidade da tramitação do então processado junto do Tribunal Constitucional com o artigo 6.º da CEDH.
18. Mas mais uma vez se constata, contudo, nos presentes autos que o Venerando Tribunal Constitucional continua a optar por não notificar atempadamente a Recorrente das Respostas produzidas pelo Ministério Público e pela Autoridade da Concorrência – incluindo quando esta última suscita uma “questão nova”, tal como aquela que resulta da sua Resposta de 25 de Novembro de 2011 e que veio a ser acolhida no Acórdão n.º 593/2010.
19. As quais têm por desiderato influenciar a decisão que é adoptada no processo pelos Exmos. Senhores Juízes Conselheiros do Tribunal Constitucional.
20. O que conduz à nulidade do processado nos autos, incluindo ao abrigo do versado nos Acórdãos n.ºs 185/2011 e 342/2009 do Tribunal Constitucional.
21. Ocorrendo a suscitação de uma questão nova no âmbito da Resposta da Autoridade da Concorrência existe a obrigatoriedade do Tribunal Constitucional proceder à notificação de tal peça processual em momento prévio à adopção da decisão judicial à Recorrente.



22. Tudo sem prejuízo do vasto acervo jurisprudencial do Tribunal Europeu já citado pela Recorrente e que confirma o que se acaba de expor e já anteriormente levado ao conhecimento desse Venerando Tribunal, em concreto acórdãos *Palsovic c. República Checa*, queixa 39278/04, de 9.3.2011, *Hubka c. República Checa*, queixa 500/06, de 3.2.2011 e *Kysilková e Kysilka c. República Checa*, queixa n.º 17273/03, de 10.2.2011, todos disponíveis em <http://www.echr.coe.int>,
23. Os quais evidenciam a desadequação da tramitação processual seguida pelo Venerando Tribunal Constitucional com o artigo 6.º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem e sobre os quais, aliás, o Tribunal Constitucional no seu Acórdão n.º 593/2011 não se pronuncia,
24. *Maxims* quando tenta fundamentar o demérito do requerimento da Recorrente e a aplicação tentativa e preliminar do artigo 720.º CPC; aplicação essa que fica sempre e em qualquer caso dependente da apreciação do presente requerimento, inexistindo, como tal, nesta data trânsito do Acórdão n.º 593/2011.
25. O processo equitativo, materialmente equitativo, exige, como elemento co-natural, que cada uma das partes tenha a possibilidade de defender os seus interesses numa posição não inferior à da parte contrária.
26. “Qualquer elemento oferecido por uma entidade independente e objectiva (por exemplo, pareceres do Ministério Público) deve ser comunicado às partes a quem deve ser concedida a oportunidade de sobre ele se pronunciar”, in Ireneu Cabral Barreto, *A Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, p. 134, citando, para o efeito, os acórdãos do Tribunal Europeu *Lobo Machado*, *Vermeulen*, *Noderost-Huber*, *Mantovanelli* e *Van Orshoven* – todos disponíveis em <http://www.echr.coe.int>.
27. A omissão de notificação à Recorrente Abbott das observações escritas do Ministério Público e da Autoridade da Concorrência (a qual suscita, inclusive, uma “questão nova”) junto do Tribunal Constitucional, suscitando esta última, inclusive, no seu

articulado uma “questão nova”, em momento prévio à prolação do Acórdão n.º 593/2011 configura, assim, com o devido respeito, que é muito, a violação do direito da Abbott a um processo justo e equitativo e, bem assim, do princípio do contraditório o qual tem assento no artigo 3.º, n.º 3 do CPC, *ex vi* artigo 69.º da LTC, no artigo 20.º, n.º 1 e n.º 4, da Lei Fundamental e no artigo 6.º, n.º 1 da CEDH.

28. Cabe à Recorrente (e exclusivamente à Recorrente) decidir se as Respostas do Ministério Público e da Autoridade da Concorrência merecem observações da sua parte.
29. Incumbindo tão-só ao Tribunal Constitucional facultar à Recorrente, antes de adoptar a sua decisão judicial, a possibilidade de responder a tais observações escritas.
30. *In casu*, não foi conferida à Recorrente a oportunidade de se pronunciar (caso assim o entendesse).
31. O que configura, com o devido respeito, uma violação repetida e desnecessária do direito da Recorrente a um processo justo e equitativo, exigência basilar na administração da Justiça e pressuposto fundamental da preeminência do Direito numa sociedade democrática.

Em conclusão:

32. A violação do direito da Recorrente a um processo justo e equitativo junto do Tribunal Constitucional e, bem assim, do princípio do contraditório o qual tem assento no artigo 3.º, n.º 3 do CPC, *ex vi* artigo 69.º da LTC, no artigo 20.º, n.º 1 e n.º 4, da Lei Fundamental e no artigo 6.º, n.º 1 da CEDH, implica a nulidade do processado nos presentes autos até ao momento imediatamente anterior à adopção do Acórdão n.º 593/2011, nos termos das disposições *supra* referidas e também nos termos do artigo 201.º, n.º 1, do CPC, aplicável por força 69.º da LTC, uma vez que a

MORAIS LEITÃO, GALVÃO TELES, SOARES DA SILVA

ASSOCIADOS  
SOCIEDADE DE  
ADVOGADOS

586

observância do contraditório, nos presentes autos, seria susceptível de influir no exame ou decisão da causa.

Nestes termos e nos mais de Direito que V. Exas. doutamente suprirão, deve a nulidade do processado nos autos ser declarada, com todas as consequências legais, sendo

- A. concedido prazo à Recorrente para efeitos de resposta à pronúncia do Ministério Público e da Autoridade da Concorrência (a qual, inclusive, suscita novel questão na sua Resposta), e
- B. dado sem efeito o processado nos autos a partir do momento imediatamente anterior à prolação do Acórdão n.º 593/2011, aresto cujo trânsito está, entre o mais, dependente da apreciação do presente requerimento de arguição de nulidade.

Vai com duplicados legais.

Os Advogados

*Eduardo Maia Cadete*

MORAIS LEITÃO, GALVÃO TELES, SOARES DA SILVA

ASSOCIADOS  
SOCIEDADE DE  
ADVOGADOS

Eduardo Maia Cadete  
Advogado

NIF 120 390 776 - R. D. F. Lisboa - 3107 - Cédula 17127  
Rua Castilho, 165 - 1070-050 Lisboa  
Tel.: 21 581 74 57 - Fax: 21 581 74 11